

# SUBJECTIVIDADE E CIDADANIA NA RÚSSIA PÓS-COMUNISTA

Richard Sakwa

*NO MELHOR ESTADO, A BENEVOLÊNCIA DO HOMEM BOM E DO BOM CIDADÃO DEVEM  
SER IDÊNTICAS; DONDE SE DEPREENDE CLARAMENTE QUE OS MESMOS MÉTODOS  
E OS MESMOS MEIOS SERVEM PARA FAZER UM HOMEM BOM E O BOM ESTADO.*

Aristóteles<sup>1</sup>

A cidadania é um atributo individual, que apenas pode ser exercido em moldes colectivos. Poder-se-ia sugerir um sistema em que os indivíduos se tenham desenvolvido como proto-cidadãos, sem capacidade de efectuar escolhas nem juízos políticos, em virtude de uma ordem social oca de política e desprovida de instrumentos efectivos para dar forma colectiva às preferências políticas. Terá sido o caso durante o período soviético, e em certa medida ainda hoje prevalece. Tal como referem Parry e Moran: «A principal tarefa com que a teoria democrática se depara consiste em investigar a natureza da cidadania e, conseqüentemente, as instituições através das quais a cidadania se pode exprimir...»<sup>2</sup>. Ora, tradicionalmente, o conceito de cidadania pressupõe, no seu cerne, a existência de um indivíduo estável, com um conjunto relativamente fixo de orientações associado a uma faixa bastante reduzida de preferências, onde se contrabalançam interesses e valores<sup>3</sup>. No mundo pós-comunista, convém não só questionar esta premissa, como ainda aprofundar o estudo do Eu social no coração do processo transformativo. O exercício da cidadania presume ainda a existência de uma comunidade política estável, em relação à qual o indivíduo se identifica e da qual espera imparcialidade judicial e administrativa<sup>4</sup>.

A emergência do Eu como sujeito da pesquisa histórica corresponde a um fenómeno recente. A transformação pós-comunista da subjectividade é simultaneamente um processo espontâneo e, até certo ponto, dirigido. Tal como o projecto bolchevique, que além de ambicionar uma transformação política também pretendia criar um «homem novo», as actuais sociedades pós-comunistas confrontam-se com uma disjunção entre a transformação do mundo material e os sujeitos sociais dessa mesma transformação. A esfera pós-comunista vive novamente numa «grande transformação», no sentido de criar uma tipologia social adequada à democracia capitalista<sup>5</sup>. Enquanto são ensaiadas tentativas conscientes destinadas a forjar uma nova identidade nacional, os indivíduos interagem com a nova ordem política em moldes inesperados e oportunistas. Entram em choque os princípios da autoridade e a legitimidade de visões opostas da ordem social. Perdura uma tensão entre a noção moderna do Eu, enquanto acto autónomo de

criação e de auto-satisfação/desempenho, e os processos objectivos do desenvolvimento social e do Estado que dão corpo ao enquadramento onde o Eu pode passar a ser objecto da sua própria criação.

Na Rússia, as relações entre cidadãos e Estado permanecem uma área de estudo altamente disputada, quer em termos de apropriação da metodologia, quer em termos da substantividade dos dados empíricos<sup>6</sup>. Para além de que o problema não se cinge meramente a questões de desenvolvimento do Estado, e a aspectos relativos à construção de uma comunidade política organizada (*polity building*), pois prende-se também com diversos projectos de construção da nação (*nation building*). Desde logo, surge uma interrogação: como podemos nós documentar e analisar a tentativa do Estado russo, pós-comunista, no sentido de criar russos com base em «soviéticos», e transformar camaradas em cidadãos<sup>7</sup>? A que tipo de «povo russo» nos referimos, tratando-se de um Estado onde o censo de 2002 identificou 142 «nacionalidades»? Apesar de reconhecer o aspecto nacional, assim como o contexto social, o presente ensaio foca o elemento cívico. De igual modo, embora seja crucial<sup>8</sup> a imagem mais abrangente de «Estado fraco com uma burocracia forte», o desenvolvimento de um Estado suficientemente forte, que assegure uma coerência administrativa sobre a totalidade do seu território e a efectiva aplicação das regras inerentes a um Estado de Direito, dotado de instituições suficientemente equilibradas para garantir à sociedade uma responsabilização do próprio Estado, não serão objecto deste ensaio. Se o papel do Estado no sentido de garantir os direitos cívicos, políticos e sociais dos seus cidadãos constitui um dos termos da equação, o outro remete para a capacidade cidadã de criar instituições suficientemente fortes para impor ao Estado o dever de prestar contas. Este, sim, será o tema em análise<sup>9</sup>. No contexto de um Estado fraco despontam processos para-políticos, nomeadamente o clientelismo e a escassa prestação de contas por parte do regime. Os processos administrativos tendem a subverter o *modus operandi* das instituições políticas formais.

### **CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL**

No início do século XXI, a distinção público/privado reveste-se da maior importância quando se procura entender o desenvolvimento da cidadania nos países pós-comunistas da Europa Oriental. A garantia constitucional dos direitos políticos não é idêntica à capacidade efectiva de os exercer. Numa obra essencial, Mancur Olson chama precisamente a atenção para a distinção feita na Roma Antiga entre *possessio* e *dominium*, quando aplicados a direitos de propriedade:

«Embora os indivíduos possam ter posses sem governo, tal como um cão possui um osso, não existe propriedade privada sem governo. A propriedade corresponde a uma reivindicação sobre um bem, socialmente respaldada – um rol de direitos cuja aplicação pode ser imposta por tribunais apoiados pelo poder coercivo de um governo.»<sup>10</sup>

Pode-se aplicar esta distinção tanto a bens físicos como à capacidade de exercer direitos políticos. É bem possível que os russos se tenham hoje tornado cidadãos; no entanto, resta saber de que meios efectivos dispõem para fazer valer os seus direitos. A esfera da vida privada e do consumo parece estar agora assegurada, contrapondo-se às espoliações do antigo regime comunista. Porém, os aspectos públicos da cidadania ainda estão longe de ser conseguidos. Inclusive, os direitos de propriedade suscitam dúvidas. Basta pensar no processo da companhia Yukos, em particular, quando em Dezembro de 2004 foi forçada a alienar o seu principal activo de produção, a Yeniseineftegaz, para saldar parcialmente dívidas fiscais. Da mesma maneira que o Estado impõe um papel tutelar sobre o sector da energia, e o processo Yukos foi instrumentalizado para mostrar o alcance do seu poder disciplinar sobre as grandes empresas do sector energético, também em política o conceito de «democracia administrada» descreve a pretensão de o Estado considerar a sua superioridade sobre soluções decorrentes do próprio processo político.

Aí reside uma tensão na filosofia e na prática política russa, entre aquilo a que se pode chamar de republicanismo holístico ou integrativo, remetendo para a visão de Rousseau em *O Contrato Social*, isto é, uma comunidade política motivada por uma vontade comum, e um republicanismo vital assente na reciprocidade do jogo essencial entre forças políticas e onde se destaca um conceito distinto do que é «político». Este permanece fortemente subdesenvolvido. Unidade e integração são valores que têm precedência sobre a contestação e o conflito. Perante este panorama, a separação de poderes e a tentativa de impor limites e condicionalismos ao poder executivo ficam ensombradas por apelos ao reforço da ordem pelo poder estatal, que representa valores colectivos e uma visão do bem público. A soberania «do povo» tende para a indiferenciação do poder, abalando a essência do ideal republicano: indivíduos e grupos agindo numa esfera política autónoma, a soberania das pessoas.

A distinção entre público e privado levanta questões fundamentais quanto à natureza do poder político e quanto às formas como as lutas tradicionais destinadas a estabelecer e defender as liberdades liberais se desenrolam na região. Para muitos, a queda do comunismo marcou o reatar da marcha rumo ao liberalismo, brutalmente interrompida quando o comunismo revolucionário triunfou em 1917. Para outros, não existem certezas tão vincadas. O liberalismo pressupõe esferas da vida de tipo «pré-político», sendo o mandato governamental banido para que o indivíduo possa desenvolver e defender os seus direitos<sup>11</sup>. A ideia de uma esfera privada de preocupações está no cerne do liberalismo, mas resta saber até que ponto o liberalismo consegue sustentar uma esfera pública activa. O liberalismo assente em direitos está com certeza longe de vingar em vastas zonas do mundo pós-comunista e pós-soviético, e muito menos a sua base filosófica que legitima uma política pública activa no quadro do liberalismo. Ao invés, parece ter triunfado uma visão economicista do liberalismo; aceita-se a propriedade privada mas tolhe-se o desenvolvimento da esfera política<sup>12</sup>.

Os elementos patrimoniais constantes da definição de poder público, herdado do sistema soviético, ainda exercem um efeito profundo. Se o liberalismo assume uma esfera «pré-política» na actividade social, então a democracia administrada estende isso a áreas primordiais da política pública, a ponto de as tornar «apolíticas». A tradição de despoliticizar o processo político não é certamente nova. Richard Pipes argumenta que as raízes do patrimonialismo remontam à época czarista<sup>13</sup>. No período soviético tudo era politizado, mas nada era político. A luta para erguer o comunismo durante a presidência de Boris Ieltsine, na década de 1990, abriu o trilha da «transição» para o capitalismo e a democracia liberal. Em vez de se orientar para um desenvolvimento orgânico, nos anos 90 a Rússia ainda se encaminhou para outro projecto de remodelização patrocinado pelo Estado. Com Vladimir Putin, a partir de 2000, a reafirmação da autoridade do Estado surgiu para assinalar o restabelecimento de um Estado patrimonial que, mais uma vez, esboroou a distinção entre público e privado. Até à data, o Estado continua a ser o maior empregador, e o Governo não refreia facilmente as suas ambições hegemónicas, nem sequer na esfera económica<sup>14</sup>.

O ressurgimento do patrimonialismo estatal é, contudo, temperado pelo desenvolvimento de um tipo peculiar de neopatrimonialismo societal. Muito se tem debatido acerca da forma como o Estado foi «roubado» quando saiu do comunismo<sup>15</sup>. A lógica do modelo político neopatrimonialista é a privatização do próprio Estado em benefício de uma pequena elite que mina as instituições políticas formais. Essas relações informais eram particularmente fortes nas regiões, e foram influentes noutros países pós-soviéticos, nomeadamente na Ucrânia<sup>16</sup>. A debilidade do sistema regulamentar e jurídico permitiu a vastos quadrantes da economia russa a sua integração num sistema de «clientelismo fragmentário»: «A governação sectorial é em grande medida definida pelos mercados políticos, dominados por um certo número de entidades paralelas cujo carácter é mais clientelista do que colectivo.»<sup>17</sup> Nestas circunstâncias, torna-se difícil distinguir o legal do ilegal, e mesmo o que é do foro público ou do foro privado.

Dois princípios fundamentais da organização social permanecem em tensão. A divisão não é apenas entre Estado e Mercado, afecta o conjunto de interacções que os definem. A natureza intencional do antiquado poder político soviético abriu caminho à lógica transformativa de construção de uma economia de mercado. O papel tutelar do Estado mantém-se profundamente incrustado nas interacções políticas e nas relações sociais<sup>18</sup>. Em vez da política agir como um factor «centrípeto», como refere Ghia Ionescu, o Estado intervém para conter as tendências centrífugas de grupos e corporações na sociedade moderna, vincando o factor integrativo<sup>19</sup>.

Vínculos mútuos de interesses próprios transcendem a distinção entre público e privado, entre Estado e propriedade privada, e entre os direitos individuais de cidadania e os imperativos da construção do Estado. O problema do cidadão e do colectivo pode ser conceptualizado através de um triplo relacionamento. Por um lado, existem instituições formais e, idealmente, despersonalizadas do Estado constitucional. Por outro, a socie-

dade com as suas redes de interações sociais profundamente enraizadas que, pelas mais diversas vias, perpetuam práticas e valores do período soviético (por exemplo, a parca interiorização dos valores associados ao Estado de Direito). O terceiro vértice diz respeito ao indivíduo que está orientado para as instituições formais e, ao mesmo tempo, enredado nas estruturas pré-democráticas da sociedade.

Nessa perspectiva, o problema fundamental na Rússia pós-comunista não tem sido tanto a escassez de vida associativa, sob o prisma do conceito de sociedade civil (*grazhdanskoe obshchestvo*), mas sim o fraco desenvolvimento daquilo a que se poderia chamar uma sociedade de cidadãos (*soobshchestvo grazhdanin*). Os valores e códigos operativos de muitas associações cívicas, inclusive das mais progressistas, continuam a ser vincadamente soviéticos. E a própria ideologia inerente ao desenvolvimento da sociedade civil perpetua o fosso entre sociedade e Estado, continuando este a ser um elemento estranho, imposto e patrimonial<sup>20</sup>. Uma sociedade de cidadãos não equivale a uma sociedade civil, na qual o grupo é a

O PROBLEMA FUNDAMENTAL NA RÚSSIA PÓS-COMUNISTA NÃO TEM SIDO TANTO A ESCASSEZ DE VIDA ASSOCIATIVA MAS SIM O FRACO DESENVOLVIMENTO DAQUILO A QUE SE PODERIA CHAMAR UMA SOCIEDADE DE CIDADÃOS.

unidade de medida base. Conforme salienta Per Mouritsen, «a ideia de sociedade civil fazia parte de um lento eclipse da ideologia republicana mais clássica de cidadãos auto-governados, que se mantinham unidos através de uma acção comum e de uma identificação patriótica»<sup>21</sup>. Tanto que grande parte do destaque dado à sociedade civil pela literatura da transição democrática pode induzir em erro; não pelo facto de a vida associativa, em si, ser antitética da promoção de valores cívicos, mas porque possui um valor neutral. Uma sociedade civil isenta de espírito republicano e de limites acarreta, tal como se verificou na maior parte da ex-Jugoslávia e, antes disso, no fim da República de Weimar, uma profunda incivilidade e a perturbação da própria política. Colocar o enfoque no grupo e não na subjectividade individual obstruiu o terceiro vértice do nosso triângulo, o relacionamento entre o indivíduo e o Estado baseado na responsabilidade e na consciência cívica.

O nosso conceito central é, aqui, o de «identificação» cívica. Um colectivo de cidadãos nasce quando pessoas se identificam com uma comunidade mais abrangente (voltaremos a esse argumento mais adiante), o que se alcança quando a noção de pessoa individual implica que todos se submetam às mesmas regras e aceitem a autoridade legítima a partir da mesma base de reconhecimento. Neste caso, os indivíduos estão então preparados, se não mesmo desejosos, para pagar impostos destinados a um projecto que sustenta o bem público. Na União Soviética, o Estado-providência foi fundado de forma abstracta, sem cultivar a consciência de que poderia ser necessário ir aos «bolsos» dos indivíduos. Não só os bens públicos eram disponibilizados por uma autoridade pública alienígena, como pareciam ser isentos de qualquer encargo para os seus beneficiários. A monetarização dos benefícios na Rússia contemporânea, ao abrigo da Lei 122, que

entrou em vigor no início de 2005 e que fez alastrar uma vaga de protestos sociais, constitui um saudável lembrete dos custos envolvidos, tendo aliás em parte sido esse o objetivo do exercício. Os esforços de construção da nação do final do século XIX em França e Itália são hoje retomados na Rússia. Porém, as instituições centrais que criaram subjectividades patrióticas, ou seja, a Igreja, o Exército e a Escola, perderam em grande medida a sua autoridade<sup>22</sup>. Nesse contexto, Mouritsen refere a propósito da Europa de Leste:

«A sociedade civil não precisava apenas de libertação dos estados totalitários, mas também algo diferente e melhor. Devem existir leis razoáveis e operativas antes de as pessoas aprenderem a respeitá-las, instituições em actividade antes da solidariedade nacional, e direitos antes de alguém desejar ser cidadão. O primeiro passo no caminho da sociedade civil é o Estado civil – tão difícil quanto ele é. Na ausência deste Estado, ou perante a sua memória recente, em vez de cidadãos existirão indivíduos alheados, a lutar por si próprios, em vez de um mercado capitalista existirão economias mafiosas, e em vez de revoluções de veludo vão existir mais revoluções confiscadas.»<sup>23</sup>

Quando o próprio Estado civil, o foco da identificação que fomenta filiações entre cidadãos, se retrai, a ausência do compromisso cívico não é de espantar. Até o regime administrativo se interpõe entre o Estado constitucional e a efectiva participação cívica nas instituições representativas.

### **CIDADANIA EM TEMPOS REVOLUCIONÁRIOS**

O liberalismo e o pluralismo modernos tendem a realçar a retracção da participação cívica e a fazer sobressair oportunidades de gáudio privado e auto-satisfação individual. O ideal de cidadão empenhado, na Rússia pós-comunista, foi tão marginalizado como o conceito de Estado virtuoso. A questão fundamental passa a ser em que medida a cidadania representa uma fonte da identidade partilhada e está na base da solidariedade, especialmente numa sociedade que atravessa uma mutação profunda e em que o Estado se retira de esferas onde antes assumia um papel determinante. Todavia, o desenvolvimento económico constitui apenas uma esfera em que se forjam identidades cidadãs e lealdades estatais. Percepções relativas à posição do país no mundo e ao seu papel regional correspondem à imagem mais ampla «de cima», ao passo que «de baixo» o alcance da identificação e participação popular na vida pública (desde votar a envolver-se activamente em movimentos políticos e sociais) são critérios de medição fundamentais. Ao mesmo tempo, as enormes variações regionais da Rússia sobrecarregam o colectivo cidadão, nascente, com questões de etnicidade, língua e cultura. Apesar da retórica sobre a unidade do Estado ser predominante quando Putin se refere à consolidação do país, ele abstém-se de usar o conceito de «unidade nacional», não sendo a consolidação do Estado feita à custa de, ou abafando, as diversas identidades sociais, religiosas ou de outro tipo. No desenvolvimento da comunidade política russa, o *ethnos* não substituiu o *demos*<sup>24</sup>.

Em vez da identificação, parece prevalecer um notório processo de alienação cívica. Alexandre Soljenitsine salientou a natureza existencial do ideal republicano de cidadania, sustentado por uma visão holística de relacionamento entre o indivíduo e o poder estatal. Foi contundente em relação à democracia que emergiu na Rússia. Aliás, numa entrevista televisiva dada a 5 de Junho de 2005, criticou a noção de partidos políticos que «invadem e mutilam o indivíduo humano», e deixou a interrogação: «O que é de facto a democracia? [...] É uma estrutura social-Estado em que a massa de pessoas determina o seu próprio destino. [...] Se é necessário encenar greves da fome para que os ordenados sejam pagos, então isso não é democracia.» E comparou a Revolução Laranja na Ucrânia com a Revolução de Fevereiro na Rússia, referindo-se a «grandes reviravoltas no seio da sociedade, em que o público se mostrava resolutamente hostil ao governo»<sup>25</sup>. Por ocasião do 85.º aniversário de Soljenitsine, em 2003, Roy Medvedev explicou a razão pela qual Soljenitsine rejeitou a realidade russa quando regressou do exílio: «[Soljenitsine] temia uma repetição da Revolução de Fevereiro, com liberais, que odiava, a assumirem o poder. Aquilo que ocorreu na Rússia constitui, para ele, um insulto e uma humilhação.»<sup>26</sup> O mesmo vale para Kerensky e Ieltsine, «o carisma do líder revolucionário pode tornar-se uma nova fonte de autoridade e poder». N. N. Sukhanov descreveu Kerensky como sendo um «democrata antidemocrático», que não se submetia à obediência partidária e alegava falar em nome de todo o povo. Alguns elementos da sua demagogia estrutural transpareciam também em Ieltsine, um homem que passou a simbolizar a revolta democrática contra o comunismo, mas que se recusava a aderir a uma qualquer organização democrática de massas e cujo conhecimento das convenções da democracia liberal, de tipo ocidental, era rudimentar. As percepções das massas em relação à democracia, tanto em 1917 como em 1991, eram igualmente parciais. Em 1917, a «democracia» reduzia-se a uma definição com base na classe, definindo-se como um fenómeno social do qual estavam ausentes praticamente todos os valores liberais clássicos. Em 1991, a democracia já não se cingia a uma categoria social, mas mantinha-se arredada da noção clássica de democracia liberal. Enquanto em 1917 o conceito de democracia estava «socializado», para incorporar valores de classe, em 1991 estava «politizado», para significar pouco mais do que a deposição da ordem comunista. Em ambos os casos funcionou como identificador de obediências, uma maneira de separar o «nós» «deles», e apenas vagamente enraizado na linguagem das constituições, direitos e liberdades, e do activismo cívico de cariz autónomo e individual.

Daí para a frente, a transformação económica pós-comunista provocou uma profunda alienação, e inibiu a identificação dos cidadãos com o regime que assumiu as rédeas das mudanças. Permaneceu uma forte filiação popular com aspectos sociais de democracia. Numa sondagem de opinião realizada por Yurii Levada, ficou patente que o público russo esperava, prioritariamente, que as autoridades «tratassem do bem-estar social dos cidadãos» (sendo essa a opinião de 50 por cento dos inquiridos), que «velassem pelos direitos e liberdades legais» (20 por cento), um número muito inferior apontou a redu-

ção da carga fiscal (cinco por cento), e quatro por cento reclamaram apenas que os «deixassem em paz». Esta hierarquia de prioridades sobressaiu em todas as classes etárias e independentemente da lealdade partidária. Tanto que, para Levada, reflecte um colectivo cidadão que não é característico de uma democracia pluralista, mas sim de tipo paternalista<sup>27</sup>. Num estudo longitudinal em larga escala, *Homo Post-Soviéticus*, realizado anteriormente, Levada demonstrou que as principais alterações tinham ocorrido ao nível das orientações populares em relação ao poder, mas, porventura, o que é mais significativo, argumenta ele, é que muitos dos tradicionais estereótipos soviéticos não mudaram sobremaneira, antes sofreram mutações para se adaptar às novas circunstâncias<sup>28</sup>.

Existem dúvidas quanto à capacidade de os russos agirem autonomamente na qualidade de cidadãos, algo que se destaca do debate subsequente relativo ao seu papel, em Agosto de 1991, aquando da tentativa de golpe pela linha dura contra Ieltsine e da apresentação de um novo Tratado da União no dia 20 do mesmo mês. A versão padrão aponta para uma notória fraqueza da resistência, em que as 50 a 60 mil pessoas que, de uma maneira ou de outra, participaram na defesa à Casa Branca representavam uma ínfima proporção da população moscovita, concluindo ter havido pouca resistência no resto do país. Uma análise pormenorizada demonstra quão errada está essa interpretação dos factos. O golpe desencadeou-se em poucos dias, logo não houve grande margem de tempo para organizar uma resistência e, seja como for, em pleno mês de Agosto a maioria dos habitantes da cidade estava nas suas *dachas*. Um estudo recente revelou precisamente como se organizou a resistência nesses dias, e não apenas em Moscovo<sup>29</sup>. A tendência para denegrir a capacidade do vulgo cidadão é típica de muita *intelligentsia* da época. Yury Afanas'ev refere-se a ela por analogia com o gado: «muito do nosso povo pareceu reduzido a uma condição semelhante à do gado e, o que é mais assustador, não pediram para viver de uma outra maneira.»<sup>30</sup>

Talvez seja conveniente não empolar as semelhanças entre Fevereiro de 1917 e Agosto de 1991, visto que as dinâmicas da mudança se moveram em direcções opostas. Uma boa ilustração física disso encontra-se no destino dado à bandeira russa: em 1917, removeu-

-se-lhe o azul e o branco para ficar apenas o vermelho; em 1991, a restauração do tricolor marcou o momento simbólico dos acontecimentos de Agosto. Em vez do estreitamento de identidades, tornando-se os democratas proletários, 1991 foi marcado por uma ampliação das oportunidades, tendo os comunistas perdido a sua

A FIGURA DE IELTSINE NÃO ERA A DE UM KERENSKY, MAS MESMO ASSIM CONSEGUIU DIRIGIR O PAÍS DURANTE UMA DÉCADA. A PECULIARIDADE DO IELTSINISMO TRADUZIU-SE NO REPÚDIO DOS TRÊS ELEMENTOS DA GRANDE TRILOGIA WEBERIANA: LEI, COERÇÃO E AUTORIDADE.

relação privilegiada com o sistema político. De igual modo, se o culto do líder revolucionário caracterizou 1917, em 1991 a autoridade de Ieltsine era limitada e a adulação carismática estritamente limitada, apesar de toda a manipulação ao dispor do líder através da televisão. A figura de Ieltsine não era a de um Kerensky, mas mesmo assim con-



seguiu dirigir o país durante uma década. A peculiaridade do ieltsinismo traduziu-se no repúdio dos três elementos da grande trilogia weberiana: lei, coerção e autoridade. A partir de 1989-1991, transformou-se o sentido tradicionalmente dado à política ideológica. Passou-se da política ideológica para a política axiológica. Se a política ideológica comporta uma clara estruturação das escolhas políticas, com base nos elementos da tradicional divisão entre esquerda e direita, a política axiológica assenta na ausência de escolha despolitizada, nos termos da qual a racionalidade inerente à condução política visa preservar as elites políticas. Na política contemporânea não existe uma plataforma social que ponha em causa esta afirmação da racionalidade do regime, logo as verdades propostas são apresentadas como «senso comum» e, portanto, incontestáveis. Conforme diz David Marquand, a cidadania é «esvaziada»<sup>31</sup>. No contexto russo, pode-se identificar uma tensão entre «individuação involuntária» – em que o indivíduo é extraído dos quadros sociais e das solidariedades colectivas tradicionais – e individualismo, a base da cidadania efectiva. O processo de individuação não é adequadamente acompanhado pelo desenvolvimento das características individuais, que são requeridas para acompanhar a perda de identidades colectivas. Pelo contrário, enfatiza-se esse sentimento de expelir, uma vez mais, se não do Éden ou do paraíso socialista, pelo menos de uma forma de comunidade supra-individual<sup>32</sup>. O republicanismo vital só se pode alicerçar em indivíduos dispostos a exercer soberania de um modo imparcial, abstracto e universal.

## **CIDADÃO E SISTEMA**

Muito se tem falado da existência ou não de um *demos* europeu com base no qual se terá desenvolvido uma União Europeia democrática<sup>33</sup>. Por *demos* entende-se uma comunidade de cidadãos com certas filiações partilhadas em relação a uma fonte de autoridade comum, a soberana comunidade política de cidadãos. Tradicionalmente, esse fenómeno ocorre no âmbito do Estado-Nação, sendo difícil conceber a democracia sem um povo identificável<sup>34</sup>. Ao nível mundial, há sinais da emergência de uma espécie de cidadania transnacional<sup>35</sup>, enquanto na Europa, segundo Tilly, «a União Europeia está a definir a cidadania nos seus estados-membros, quer através da extensão substancial dos direitos de mobilidade e benefícios sociais aos expatriados de outros estados-membros, quer fazendo do aparato administrativo e judicial da União uma garantia de tais direitos supranacionais»<sup>36</sup>.

Quanto à Rússia, podem ser formuladas as mesmas dúvidas acerca do estatuto de cidadão nacional e do seu relacionamento com um *demos* mais abrangente. O primeiro nível remete claramente para a criação do quadro legal e constitucional que permite o desenvolvimento de um colectivo de cidadãos, em que as fronteiras legítimas são governadas por um único poder público em função de um conjunto acordado de normas constitucionais. Na Rússia isso apenas existe em moldes ténues. As fronteiras da Rússia ainda provocam querelas emocionais e a ordem decorrente da Constituição de 1993 ainda não é plenamente aceite, quer quanto à aspiração de criar uma sociedade capitalista de mer-

cado democrática, quer quanto aos ordenamentos institucionais específicos estabelecidos em 1993, acima dos fortes poderes executivos outorgados pela presidência. O segundo nível incide sobre a dimensão subjectiva da solidariedade e identidade, incluindo condições étnico-culturais.

O debate sobre a natureza da cultura política russa está longe de concluído, e nem se pretende ensaiá-lo neste âmbito. Haverá uma mentalidade soviética, alguma condição pós-comunista comparável à condição pós-moderna identificada por Harvey, entre outros? A literatura da transitologia retém um pressuposto implícito acerca da convergência segundo o qual, na sua essência, todas as sociedades são idênticas, mesmo quando a convergência se refere aos termos de referência ocidentais. Mesmo que assim fosse, uma similitude fundamental pode assumir formas diversas, e o ponto-chave consiste em saber o que faz e o que determina essa diferença. Existe convergência na forma e diversidade quanto ao conteúdo, aquilo a que se pode chamar heteronímia da convergência. Mas o modo de adaptação é a questão fundamental. O desenvolvimento da subjectividade na terceira modernização da Rússia distinguir-se-á, seguramente, daquele inerente a um processo evolucionista ininterrupto mais natural. Por todos os lados, a ordem social da Rússia ostenta elementos de diferenciação, desde a natureza da formação de classes – estará uma burguesia, ou uma classe média, em vias de emergir –, às incessantes questões da aceitação popular do direito natural de propriedade.

A geração de normas éticas na era pós-comunista constitui outro problema. Para Montesquieu, no cerne da democracia encontra-se um vínculo moral. Mas na Rússia a natureza desse vínculo é pouco clara. Perdura o *ethos* colectivista, embora já não formulado numa retórica socialista ou comunal. A categoria ética do socialismo permanece, já não sob a forma de programa económico mas agora como um contraprojecto residual face ao capitalismo e à modernidade ocidental. Esse contraprojecto está hoje muito embebido pela ideia de que a própria Rússia constitui um projecto civilizacional alternativo<sup>37</sup>. A Rússia não dispõe da combinação típica, isto é, um público orientado para o paternalismo estatal e para a igualdade; em vez disso predomina um conjunto de valores opostos, valorizando-se a responsabilidade individual de cada cidadão e reforçando o elevado valor da liberdade<sup>38</sup>. A razão encontra-se no modelo distinto da política pós-comunista. Tal como verificou o autor do estudo internacional:

«Nos últimos anos, o Estado tem transmitido activamente as suas responsabilidades para a sociedade, sem cumprir, reduzir ou abolir deveres anteriores, formais ou declarados. A mais eficiente estratégia de sobrevivência da sociedade russa, no período de transição, dependia apenas dos recursos e possibilidades próprios, do círculo social mais imediato (familiares, amigos próximos). Daí resultou uma progressiva desintegração da sociedade, uma quebra da actividade política, e uma perda de confiança em relação às instituições sociais. A grande valorização da liberdade, demonstrada nesta pesquisa, refere-se à liberdade em relação ao Estado, a liberdade de sobreviver contando com a própria força individual.»<sup>39</sup>

Esta luta pela liberdade e pelo individualismo não era considerada uma característica positiva da sociedade russa contemporânea. Pelo contrário, era considerada destrutiva já que «promovia a desintegração da sociedade e, portanto, inibia o seu desenvolvimento económico e político»<sup>40</sup>.

A intensificação de padrões característicos do sistema neopatrimonial no comportamento político decorre, em certa medida, de anseios sociais. Uma análise levada a cabo pelo Instituto de Investigação Social Complexa, da Academia de Ciências russa, sugere a existência de um modelo bimodal, sendo 41 por cento dos inquiridos de tipo «tradicionalista», orientados para o paternalismo e o princípio de igualdade social. Esse grupo acredita na ideia do «bom czar», que tomará conta deles, embora talvez com severidade. O outro grupo (26 por cento) orienta-se para a responsabilidade e iniciativa pessoal, e para uma sociedade baseada na liberdade individual. O terço remanescente situa-se algures a meio, embora se incline para o extremo tradicionalista do espectro. Depreende-se que a pluralidade de cidadãos russos almeja um Estado paternalista, em vez de um Estado onde prevalecem o mercado e a democracia.

Outro aspecto que o estudo revelou foi o pesado fardo psicológico do desmantelamento da URSS, inclusive junto dos grupos etários jovens para os quais representaria menos uma tragédia pessoal. Mesmo para a faixa com idades entre os 26 e os 45 anos, que melhor aproveitaria as reformas e formaria o núcleo da classe média, sobressai um sentimento de desconforto psicológico agudo resultante dos seus êxitos<sup>41</sup>. Isto sugere um sentido quase pecaminoso do sucesso numa sociedade orientada para o mercado, sugerindo que os valores de mercado não foram completamente interiorizados. O estudo referido revelou que durante todo o período apenas 20 por cento dos inquiridos não retinham nenhum motivo de orgulho relativamente às sete décadas de história da União Soviética. Transparece uma dissociação entre o comunismo e a URSS enquanto grande potência. O facto de a Revolução de Outubro ter sido vantajosa é um assunto que suscita posições resolutamente partilhadas, manifestando-se um terço a favor, um terço contra, estando os demais indecisos. Contudo, mais de metade considera que «a URSS foi, na longa história da Rússia, o primeiro Estado a garantir justiça ao comum dos mortais e a facultar-lhes uma vida decente» (só 27,1 por cento reagiram contra essa proposição). A nostalgia em relação ao estatuto de superpotência manteve-se elevada, e apenas uma maioria nas faixas dos mais jovens (16-25, 26-35) diz preferir viver na Rússia contemporânea, ao passo que em todos os outros grupos etários a maioria tem saudades da estabilidade e previsibilidade dos anos Brejnev.

Em 2004, tal como em 1998, apenas cerca de um quarto dos inquiridos estava satisfeito pelo facto de viverem numa sociedade de liberdade individual, enquanto cerca de metade (54 por cento em 1998, e 49,5 por cento em 2004) privilegiavam uma sociedade de igualdade social. Os tradicionalistas englobam uma pluralidade de indivíduos, que atribuem mais importância aos bons líderes do que às boas leis ou instituições. Para eles, cabe ao Estado defender a nação acima de qualquer indivíduo ou grupo específico. O poder esta-

tal forte aliado a garantias de segurança pessoal é mais importante do que uma democracia generalizada. Trata-se nitidamente de uma posição contraditória, pois no modelo tradicionalista a fonte das garantias de segurança pessoal não é clara. Existe também outra contradição mais ampla: o curso do desenvolvimento do país assenta hoje numa agenda modernista, mas com Putin a sua transposição prática é acompanhada por uma retórica tradicionalista. Muitos indícios sugerem que na Rússia contemporânea existe uma larga base eleitoral a favor do estabelecimento de um Estado autoritário, fundado em princípios igualitários e elementos de capitalismo dirigido para levar por diante um programa de desenvolvimento económico nacional. Segundo o estudo, alteraram-se as prioridades públicas, dando-se menos ênfase à criação de uma economia de mercado em favor do restabelecimento da Rússia como grande potência do século XXI. O regime de Putin constitui, em parte, uma resposta a essas aspirações, e, por outro lado, o antídoto a um tal programa.

Os aspectos de modernização do Governo Putin originaram o colapso das solidariedades sociais tradicionais e uma crescente atomização. Enquanto a nível político Putin apela aos valores colectivos, vai subvertendo a solidariedade social a nível económico. O sistema baseia-se na sobrevivência individual, em condições sociais francamente adversas. As consciências e comportamentos foram afectados – aliás, o estudo revela o enfraquecimento do laço emocional para com o país nos moldes em que hoje existe, e cidadãos menos inclinados para se identificarem com os objectivos e interesses do Estado. Na eventualidade de ameaça ou guerra externa, o estudo mostrou níveis elevados de empenhamento patriótico e a vontade de defender a mãe-pátria<sup>42</sup>.

No entanto, com base no estudo longitudinal de Yaroslavl, Jeffrey Hahn argumenta que «o sentido de dever cívico dos inquiridos foi mais forte [itálico no original] em 2004 do que em 2006», e mais próximo do nível de 1990, que corresponde ao pico da mobilização no auge da *perestroika*. Justifica esse resultado em virtude de um aumento de confiança popular em relação às instituições políticas, em particular a Putin e ao presidente da câmara de Yaroslavl, mas ainda, se bem que em menor grau, ao partido actualmente no poder, o «Rússia Unida», e também à Duma. Embora os inquiridos evidenciassem um elevado sentido de dever cívico, não têm um forte sentido de eficiência, ou seja, a apreciação subjectiva que os indivíduos têm da sua capacidade de influenciar decisões governamentais<sup>43</sup>. Desde logo, o apoio abstracto a valores e instituições democráticos não se traduz num sentido específico de capacitação por parte do sistema existente. Conforme observa Hahn, tal não impede as pessoas de manifestarem um grande envolvimento durante os processos eleitorais, com taxas de participação constantemente altas<sup>44</sup>.

O inquérito à escala mundial «World Values Survey», organizado por Ronald Inglehart, da Universidade de Michigan, transmite uma leitura mais pessimista. No estudo pediu-se às pessoas para aferir o nível de felicidade e satisfação das suas vidas. Os cidadãos da Rússia e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) ocupam o fim da lista, a Rússia em 78.º lugar, a Arménia em 79.º, e a Ucrânia em 80.º, isto é, em penúltima posição

à frente do Zimbabué. O inquérito mostrou que o bem-estar económico não era o elemento determinante do índice de felicidade, nomeadamente com mexicanos e porto-riquenhos a gozar mais a vida<sup>45</sup>.

## DEMOCRATIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E FORMAÇÃO CIDADÃ

O desenvolvimento daquilo a que se poderá chamar autoritarismo liberal, sob a égide de Putin, coloca a sociedade russa perante um conjunto de desafios claros. O regime tem uma base política exígua, malgrado a sua ampla e difusa base social. Neste contexto, o desenvolvimento de uma alternativa, para não dizer oposição, salta para primeiro plano. Que formas poderá a resistência assumir para cercear efectivamente o regime? Anseia por uma nova ordem, mas a natureza dessa nova ordem permanece vaga<sup>46</sup>.

Acima, sugeríamos que numa democracia capitalista um cidadão é alguém apto a transformar *possessio* para desfrutar puramente (*dominium*) a política e os direitos de propriedade. Essa transformação inclui a interiorização de práticas próprias do Estado de Direito, e, no nosso triângulo de relacionamentos, requer mudanças nos dois vértices correspondentes ao Estado e à sociedade. Passou a ser corrente designar essas mudanças por democratização da democracia, e o conceito aplica-se não apenas ao mundo pós-comunista mas também a democracias liberais maduras. A qualidade da democracia na Rússia pós-comunista pode ser medida de várias maneiras, mas é indubitável existir um certo grau de alienação entre o cidadão e a ordem constitucional formal. As regras do jogo político são, em grande parte, consideradas arbitrárias e pendem em vantagem dos titulares do regime e das entidades regionais nas províncias. Como se poderá superar essa alienação entre comunidade política e *civitas*? O problema fundamental consiste em conseguir a «identificação», para que o cidadão sinta que faz parte de uma ordem política mais ampla em que o *dominium* pode ser desfrutado, garantido e defendido. No Ocidente, deu-se um longo processo até se forjar o cidadão burguês, amparado pelo seu *dominium* sobre a propriedade e por direitos políticos. Na Rússia contemporânea, podem ser identificados numerosos processos.

AS REGRAS DO JOGO POLÍTICO SÃO, EM GRANDE PARTE, CONSIDERADAS ARBITRÁRIAS E PENDEM EM VANTAGEM DOS TITULARES DO REGIME E DAS ENTIDADES REGIONAIS NAS PROVÍNCIAS.

## RÚSSIA: A OPOSIÇÃO DESAPARECIDA

Desde o início de 2005, verifica-se um surto de activismo cívico russo. Em parte como resposta à monetarização dos benefícios sociais, embora também possa ser visto como o princípio de um processo de recuperação social mais profundo. Segundo o comentador Vladimir Kuzmin, «o processo através do qual a sociedade se reorganiza a ela própria tornou-se muito cedo aparente, e já não está tão relacionado com o protesto como um novo tipo de adaptação à vida da parte dos cidadãos». No seu entender, houve duas respostas no passado: aqueles que «individualmente abriam trincheiras» e aqueles que

se encostavam aos tradicionais métodos paternalistas de dependência em relação às autoridades. Hoje, na sua óptica, há uma movimentação no sentido de sair das trincheiras e erguer fundações colectivas, uma evolução associada à implantação do mercado no país. E exemplifica com o caso da habitação: os compradores começam a associar-se para, colectivamente, exigir às empresas de construção o cumprimento das suas obrigações<sup>47</sup>. Isso corresponde ao argumento anterior, segundo o qual se desenha um movimento de afastamento da individualização forçada rumo a um individualismo apropriado ao cidadão da sociedade de mercado. Para Valeri Khomyakov, director do Conselho de Estratégia Nacional, o «comportamento activo está a torna-se cada vez mais opcional, com o objectivo de afectar as acções de representantes oficiais ou organizações locais, mas de forma alguma relacionado com a política»<sup>48</sup>. Nota o crescente activismo dos jovens, que se envolvem cada vez mais em organizações políticas radicais, fugindo aos partidos de corrente dominante. Paralelamente, o movimento operário e os sindicatos continuam endemicamente burocratizados, sem preencher as suas funções de formação de uma entidade cidadã, características das organizações operárias clássicas dos países da Europa Ocidental. Nesse contexto, vale a pena salientar que o conceito de pós-comunismo ainda não é completamente redundante, pois denota mudanças significativas nos padrões representativos da modernidade.

Yurii Levada nota a tendência de os processos administrativos subverterem sempre mais os processos políticos<sup>49</sup>. Apesar da onda de activismo, que nem sempre assume formas cívicas, ainda se pode falar em «oposição desvanecida»<sup>50</sup>. O liberalismo organizado não conseguiu representatividade na 4.<sup>a</sup> Duma, visto nas eleições legislativas de Dezembro de 2003 os dois principais partidos representativos desta corrente não terem passado o patamar dos cinco por cento; e desde então a fragmentação do movimento «democrático» não tem parado. Um dos resultados das eleições de 2003, na perspectiva de Levada, decorre da «degradação de todos os tipos de oposição política, perdendo não só assentos parlamentares mas também o seu papel no sistema do Estado»<sup>51</sup>. A natureza da liderança política mudou, a par da estrutura de apoio político. O desenvolvimento de uma oposição organizada foi inibido por factores estruturais e subjectivos. Em relação ao que vem de trás, na arquitectura institucional da Rússia é difícil identificar o que corresponde ao Governo, e é igualmente nebuloso determinar o que corresponde à oposição. Além de o Governo não ser formado pela maioria parlamentar, a presidência recorre a numerosas estratégias de cooptação para manter a sua força hegemónica. Todavia, o problema não advém só da concepção do aparelho constitucional, é originado também pela sociedade e pela estrutura da acção política.

#### REVOLUÇÕES COLORIDAS

A Revolução Laranja de finais de 2004, na Ucrânia, constituiu um acto das massas visando recriar os laços entre o cidadão e o Estado<sup>52</sup>. Deu-se efectivamente uma refundação da democracia na Ucrânia, e uma das suas fontes de legitimidade foi a onda

cívica associada à defesa dos direitos políticos substantivos, no âmbito da eleição presidencial então em curso. A via revolucionária foi um caminho para conseguir a «identificação» entre sistema político e cidadãos. Contudo, surgem questões de relevo quando se procura determinar se essa seria uma estratégia eficaz na Rússia. As revoluções coloridas na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão foram provocadas pela tentativa de desvio eleitoral, e, em geral, até contavam com alternativas credíveis em estado de prontidão para substituir os titulares. Nesses países, superar a alienação revelou ser algo de curto fôlego.

Na Rússia existe um potencial de grande violência, e assim surge o medo difuso de que qualquer revolução na Rússia só poderia ter uma cor: vermelho-sangue. A profundidade da alienação de alguns democratas radicais transparece no «Manifesto da Frente Cívica Unida», datado de 3 de Junho de 2005. Não se tratou apenas de um documento contra o regime de Vladimir Putin, embora nele se afirmasse: «por questões de princípio, nós não reconhecemos legitimidade ao presente regime.» Insistiam que usariam todas as medidas previstas nos termos da Constituição para combater o actual sistema, que estariam dispostos a ignorar as alterações jurídicas prejudiciais à letra e ao espírito da Constituição, e que se recusariam a reconhecer qualquer alteração constitucional. Em seu entender, «o Kremlin transforma as eleições numa farsa orquestrada». Remetendo-se ainda para um trecho da Constituição ao abrigo do qual «o povo constitui a única fonte do poder na Federação Russa», declaravam-se conseqüentemente preparados para lançar manifestações de rua e acções afins. Após a sua derrota nas eleições de Dezembro de 2003, o liberalismo organizado não conseguiu unificar os descontentes, abrindo a porta a este género de medidas desesperadas<sup>53</sup>.

NA RÚSSIA EXISTE UM POTENCIAL DE GRANDE VIOLÊNCIA, E ASSIM SURGE O MEDO DIFUSO DE QUE QUALQUER REVOLUÇÃO NA RÚSSIA SÓ PODERIA TER UMA COR: VERMELHO-SANGUE.

O ponto teórico mais abrangente aqui em causa remete para o «acontecimento» político, como foram as revoluções coloridas, que tem como efeito a criação de um sentido de responsabilidade cívica e a mudança das percepções da comunidade política organizada. Deste modo, os povos procuram apropriar-se do sistema político para si próprios.

Os anteriores acontecimentos de legitimação da comunidade política organizada na curta história democrática da Rússia foram quase todos deliberadamente desacreditados pelo próprio regime. O 12 de Junho de 1990, dia em que foi declarado o Estado soberano da Rússia, deixou de ser comemorado como «Dia da Independência» para dar lugar ao «Dia da Rússia», uma designação mais amorfa, inclusive porque agora muita gente considera essa data um dia negro na destruição do Estado soviético. As ocorrências de Agosto de 1991, acompanhadas pelas acções de uma comunidade cidadã independente em defesa da Casa Branca russa, entre 19 e 21 de Agosto, perderam muito da sua aura em virtude dos acontecimentos de Outubro de 1993, quando a mesma Casa Branca foi bombardeada por um dos seus antigos defensores. A comemoração do Dia da Constituição,

a 12 de Dezembro de 1993, data em que foi aprovada a actual Constituição, é agora depreciada. O universo simbólico da Rússia, enquanto comunidade democrática organizada, tem sido alvo de assaltos sistemáticos.

#### OS TRIBUNAIS E O ESTADO DE DIREITO

Reclamar leis assenta na crença de que a justiça pode ser alcançada, e, assim, conter a incerteza. A própria democracia constitui um fiel da balança, entre a certeza dos processos e a incerteza dos resultados, regulada por um poder judicial independente que vela sobre os primeiros e garante os últimos. Porém, na Rússia o regime administrativo está em certo grau isolado da ordem constitucional, cuja preservação afiançou. O sistema comunista dotou a Rússia de um aparelho administrativo pujante, aliás desde a queda do antigo sistema quase que duplicou. Ao mesmo tempo, o reino do oficial é marcado por aquilo a que Rekosh chama «a cultura da responsabilidade política interna, com um entendimento pouco ou nada comum da responsabilidade com base em normas profissionais, dever para com o público em geral (contribuintes) e o primado do direito»<sup>54</sup>. O interesse público está em segundo plano, depois dos interesses empresariais da própria entidade. Incentivos financeiros devem ser pagos para que os cidadãos possam obter aquilo que por lei lhes compete. Tal como refere Vladimir Pastukhov, um dos principais peritos jurídicos da Rússia e consultor legal, é costume pagar-se para que a lei seja cumprida: «é necessário pagar não para obter algo contrário à lei, mas de forma a defender os interesses legais de cada um. Isto não é uma violação da lei mas o seu cumprimento, que na Rússia é pago.»<sup>55</sup>

#### INDIVIDUALISMO E RESPONSABILIDADE

Comparar as atribuições do liberalismo no fim do czarismo com os dias de hoje é elucidativo. À medida que o capitalismo russo se desenvolveu, com avanços e recuos, os novos-ricos entraram na vulgar ostentação de consumos duvidosos, tal como os novos russos de hoje. No seu pungente estudo acerca do significado social do detective Erast Fandorin, nas novelas de Boris Akunin (pseudónimo de Chkhartishvili), Leon Aron deixa-o claro:

«os liberais estavam um pouco desapontados com a incapacidade da liberdade em fornecer bem-estar de forma rápida e equitativa. Os ideais liberais estavam muito feridos e toda a gente duvidava que a Rússia alguma vez se pudesse tornar aquilo a que os russos chamavam “Europa” (a que os russos agora chamam “mundo civilizado”). O antigo cânone ético, reforçado pela repressão estatal, tinha desaparecido: os novos costumes eram chocantes.»<sup>56</sup>

Aron refere ainda que Akunin construiu o seu herói por antinomia aos estereótipos negativos da *intelligentsia* russa: «é uma antítese viva de todos os estereótipos na intelli-



gence russa. Ele é prático, pragmático, atento aos pormenores, energético, competente, em boa forma física e disciplinado.» O carácter e a filosofia existencial da decência individual intrínseca, num mundo caracterizado pela corrupção e pelo abuso de poder nos quadrantes oficiais, faz com que Fandorin seja um herói para a Rússia contemporânea, na opinião de Aron:

«Os ideais de Fandorin podem ser, precisamente, o que se pretende da Rússia de hoje, onde os esforços pessoais (o que se costumava chamar “pequenos gestos” na época de Chekov) de milhões eram muito mais importantes que as conquistas de poucos: trabalhar intensamente, ser honesto, não aceitar subornos, pagar impostos, ser criativo, assumir riscos, respeitar a lei e forçar os outros a fazê-lo. Mais importante, a insistência de Fandorin em servir e assumir a responsabilidade pessoal pelo seu país é a chave do surgimento de uma sociedade civil, sem a qual a Rússia nunca se tornaria uma democracia capitalista liberal... O que podemos chamar a privatização dos objectivos nacionais russos está em marcha. Pela primeira vez na história da Rússia, os próprios critérios de grandeza nacional dizem respeito não à glória e capacidades militares do Estado mas ao bem-estar de cada um dos cidadãos... Será que o sucesso dos livros de Chkhartishvili não é o sinal do começo de uma mudança tectónica, e benigna para a Rússia, com a passagem da *intelligentsia* – que durante dois séculos esteve subordinada ao Estado pelo emprego e pela sua crença em visões estatistas de mudança social – para uma classe média capaz de se sustentar a si própria?»<sup>57</sup>

Aron aponta um inquérito que indica que, entre 1990 e 2002, «a quota-parte de cidadãos russos que dizem contar consigo próprios e não com o Estado passou de 43 por cento para 78 por cento». Emerge um novo discurso sobre si próprio e o autodesenvolvimento: a individualização está a abrir caminho para o individualismo responsável. Enquadra-se na linha de Foucault: «falar de si constitui um acto de objectivação». O problema com que Fandorin se depara, lá está, prende-se com o facto de perpetuar a desconfiança para com as instituições estatais. Quando lhe propõem uma promoção, mesmo para chefiar a polícia de Moscovo, recusa e insiste em agir como um lobo solitário, retendo a sua liberdade de acção e agindo como *free-lancer*, e assim não deixa nenhuma herança institucional. O elo entre o indivíduo e o Estado não foi recriado.

#### RUMO A UMA COMUNIDADE POLÍTICA

No início, referíamos que o exercício da cidadania requer uma comunidade política que possa fornecer justiça e imparcialidade. Apenas nessa base o proto-cidadão participará na vida política e poderá esperar equidade e imparcialidade de tratamento quando procura bens públicos, judiciais ou administrativos. Na ausência dessa esfera política, o indivíduo recorre a redes de amizade, à permuta de favores<sup>58</sup>, à intervenção de «empresários violentos» para cumprir contratos<sup>59</sup>, e à compra de bens públicos (suborno e afins) que num mundo não

corrupto teriam um carácter optativo. Não só os custos transaccionais de fazer negócio (no sentido mais lato) aumentaram, como é inibida a possibilidade de o proto-cidadão se transformar em pessoa com sentido de eficácia, isto é, num cidadão cabalmente apetrechado. Por mais viva que seja a esfera pública – e na Rússia existem vigorosos debates, discussão e crítica às autoridades públicas –, não se pode integrar efectivamente no processo de desenvolvimento da comunidade política enquanto for isolada e arbitraria<sup>60</sup>.

Uma comunidade política plenamente apetrechada não se pode desenvolver enquanto um dos actores reivindicar a exclusividade de determinar o que é racional na ordem política. Isso correspondia a um privilégio intrínseco do poder soviético, e quando durante a *perestroika* se rompeu com o poderio do Partido Comunista, o sistema político dissolveu-se. Porém, apesar de uma esfera pública habermasiana ter ganho forma nesse período e continuar a prosperar, verifica-se não ser o suficiente para sustentar uma esfera política republicana e vital. De facto, as actividades da esfera pública corroem a confiança em relação às autoridades e até debilitam o desenvolvimento de uma comunidade política. A determinação daquilo que é razoável ainda não compete às instituições públicas, mas continua a ser área reservada do regime – aliás, trata-se de um factor central que faz com que se fale em regime e não em governo. Tal como refere Danilo Zolo, no coração da definição de cidadania está a ausência de subjectivação, tornando-se seu sujeito legal o indivíduo e não um colectivo ou um grupo<sup>61</sup>.

Um dos tropos clássicos praticados pelos regimes na construção do Estado consiste em sobrepor nação e comunidade política. Parte da agenda nacionalista clássica agrupa a diferenciação e a contestação inerente a uma comunidade política, com as aspirações de homogeneizar uma única nação. Ora, um dos problemas fundamentais com que se deparam os multiculturalistas é precisamente o de reconciliar as aspirações divergentes das subculturas com as aspirações universais consagradas pelo Estado moderno secularizado.

A política da diferença ao estilo «pastor romântico» foi contestada pelas agendas radicais de tipo modernizador, mormente pelos marxistas e social-democratas de diversas estirpes. Tendo em conta a recente dissolução do universalismo radical e do compromisso de um estatismo imparcial, característico do

UM DOS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS  
COM QUE SE DEPARAM OS MULTICULTURALISTAS  
É PRECISAMENTE O DE RECONCILIAR  
AS ASPIRAÇÕES DIVERGENTES DAS SUBCULTURAS  
COM AS ASPIRAÇÕES UNIVERSAIS CONSAGRADAS  
PELO ESTADO MODERNO SECULARIZADO.

socialismo e seus aliados progressistas, formou-se um vazio. Não se sabe, ao certo, onde arranjar os recursos sociais que possam amparar princípios políticos de uniformidade. Todavia, não parece difícil identificar os recursos políticos para um projecto desses, aliás qualquer regime político tende a isolar-se cada vez mais do seu contexto social respectivo. O fenómeno poderia ser descrito como uma forma pervasiva de autoritarismo, inclusive o termo «autoritarismo suave» tem adquirido popularidade, mas talvez seja mais correcto descrevê-lo como um «isolamento» crescente<sup>62</sup>.

Estas considerações aplicam-se claramente à Rússia. Noutro âmbito, debrucei-me sobre a problemática dos princípios políticos em articulação com o tipo de regime<sup>63</sup>, pelo que não voltarei a repisar essa argumentação aqui. O problema do isolamento do regime é grave, ainda que, na actualidade, esteja mitigado pela popularidade pessoal do Presidente. Os níveis de alienação mantêm-se elevados: 98 por cento da população não acredita nas milícias, 70 por cento pouco acredita no Governo, e praticamente ninguém manifesta a sua confiança em relação aos deputados parlamentares. Vyacheslav Kostikov, antigo secretário de Ieltsine para a imprensa, descreve a falta de transparência da vida pública e cita o aforismo de Saltykov-Schedrin: «As autoridades russas (*vlast*) têm de manter o seu povo em constante estado de assombro.» Acrescentando que «a escassez de verdade (*pravda*) abala a confiança nas instituições e tramitação democráticas», pergunta como poderá alguém trabalhar em prol do futuro da Rússia «se não se diz a verdade acerca do presente», concluindo que «perante o panorama de mentiras, floresce o niilismo jurídico e político»<sup>64</sup>. De resto, o *World Values Survey* coloca a Rússia algures a meio da tabela entre os 80 países que foram alvo do estudo, em termos da confiança mostrada a terceiros<sup>65</sup>. A desconfiança nos negócios e na vida pública paga-se caro, onerando o custo das transacções e reforçando a incerteza institucional.

A integração não se realiza em função de critérios políticos mas sim de um patriotismo abstracto. É dada cada vez mais ênfase à educação patriótica, e existem várias séries televisivas destacando o heroísmo de agentes russos que se batem contra vis conspirações estrangeiras<sup>66</sup>. Uma nova cadeia de televisão, a «Spas» (ou seja, «Salvação»), começou as suas emissões em Julho de 2005, recorrendo ao *sputnik NTV-Plus* para transmitir ideias ortodoxas. Foi nessa altura que o regime, ou pelo menos alguns dos seus assessores, começou a propagar o conceito de «valores espirituais», em resposta à guerra cultural travada contra a Rússia a pretexto de promover a «democracia» e de apoiar a Revolução Laranja na Ucrânia. Contrapõem-se assim os valores espirituais da Rússia ao hedonismo e à falência moral ocidentais. Confere-se à cidadania na Rússia um cariz ético normativo distinto do constitucionalismo legal prevalecente no Ocidente.

A questão fundamental é se as obstruções à via do desenvolvimento de uma comunidade política efectiva são estruturais ou contingentes. Relativamente à liderança de Putin, a democracia (que no meu entendimento significa a inclusão efectiva de cidadãos organizados e que, enquanto parceiros em pé de igualdade, procuram formatar a envolvente política e a sorte nacional) não se pode desenvolver antes da própria sociedade ter capacidade de decidir sobre essas questões de maneira responsável. O sistema partidário continua a ser parcial e fragmentado, enquanto a ameaça de separatismo étnico nalgumas repúblicas nacionais constitui uma ameaça à própria viabilidade do Estado. Medidas tutelares são reforçadas, a par do arbitrário e da corrupção, e a comunidade política estagna. O proto-cidadão procura outras vias de afirmação arredadas da vida política.

Jan Patocka salienta que a liberdade é algo que deve ser obtido, podendo mesmo ser ganha a despeito de um sistema autoritário. Hoje em dia, Mikhail Khodorkovsky configura essa figura, a de um «dissidente» que cristaliza a qualidade da liberdade para uma nova era. Khodorkovsky foi preso a 25 de Outubro de 2003, e aguardou julgamento durante perto de dois anos no centro de detenção Matrosskaya Tishina de Moscovo. A 31 de Maio de 2005, foi condenado a nove anos de encarceramento numa colónia penitenciária de crimes gerais. A sentença de acusação foi-lhe confirmada em recurso a 22 de Setembro de 2005, apesar de lhe terem reduzido a pena a oito anos. Da sua cela na prisão, foi preparando uma série de declarações onde analisava a política contemporânea da Rússia. Em resposta às cartas dos leitores da revista *Bolshoi Gorod*, Khodorkovsky reflectiu acerca do seu entendimento da liberdade russa, e alertou para os efeitos desastrosos de uma eventual revolução na Rússia. Começou com uma declaração paradoxal: «Estou grato ao cárcere, pois deu-me uma nova compreensão da liberdade. Aquela liberdade que está dentro de cada pessoa.» Deixou avisos em relação à dependência do mundo material: «Se uma pessoa depende muito de algo para além de si mesma, deixa de ser livre.» Na sequência, contrapôs à visão canónica da liberdade outra que, em grande medida, tipificou o pensamento dissidente no final da era soviética.

«Na minha opinião, a liberdade é antes de mais e acima de tudo a oportunidade de uma pessoa pensar sem constrangimentos internos, e de agir em função do seu código ético. Nesse sentido, qualquer instituição política apenas configura a luta da humanidade pela liberdade, mas jamais a fonte da própria liberdade. Mesmo no ambiente mais antidemocrático, uma pessoa pode ser muito mais livre do que nas condições da mais ampla democracia. [...] Independentemente do tipo de sistema político que tenhamos tido no nosso país, sempre houve liberdade e pessoas livres na Rússia. [...] Por essa razão, a liberdade não pode ser importada como qualquer tecnologia ou recurso natural.»

Logo, a liberdade não depende das instituições políticas, mas sim do desenvolvimento e da consciência intrínsecos ao indivíduo. Posto isso, Khodorkovsky avançou para o segundo tema do seu artigo.

«Aquilo que envolve uma revolução russa, sempre foi – e continua a ser – um jogo perigoso na fina linha de demarcação entre a ilimitada liberdade russa e a igualmente imensa escravidão russa. O Russo é sempre radical e amiúde marginalizado – tanto pela positiva como pela negativa. Daí o conceito de “revolução” lhe ser sagrado, mesmo quando, formalmente, é um contra-revolucionário. Não há dúvida que o país sonha com uma revolução, muito embora neste momento não existam motivos objectivos para tal acontecer. Tão-pouco tenciono envolver-me nesse jogo. Tanto menos que uma revolução na Rússia acarretaria sempre um grande derramamento de sangue.»

Khodorkovsky partilha com Putin esta temática anti-revolucionária, que além de profundamente incrustada faz parte da consciência pós-comunista da Rússia. O repúdio visceral do jacobinismo leninista, partilhado por diversas personalidades de todo o espectro político, sugere ter-se retirado outro ensinamento da experiência soviética: a violência gera violência, e no fim o país sai perdedor. Além disso, a argumentação de Khodorkovsky representa uma ruptura em relação à linha de pensamento tradicional dos intelectuais russos, que demasiadas vezes se caracterizou por análises extremistas, utópicas ou niilistas. Esta é uma saudável lição para a *intelligentsia* russa, uma vez que as suas censuras têm sido transcendidas por alguém que não pertence à *intelligentsia*, no sentido tradicional da palavra.

O leninismo foi uma civilização distinta, baseada num conceito transnacional de libertação humana, orientado pela abolição da propriedade privada, a instrumentalização da política, e a subordinação do indivíduo a causas mais abrangentes. Khodorkovsky conclui realçando o seu empenhamento nos valores da civilização russa, se assim lhes podemos chamar, reflectidos nas obras dos grandes filósofos da Idade de Prata:

«No cárcere, e com o auxílio de Deus, planeei, caso sobrevivesse até à minha libertação, criar e desenvolver projectos que cultivem o direito de perceber essa liberdade, visível e secreta. Dando às pessoas verdadeiras oportunidades de criatividade, solidariedade e apoio mútuo. Por mais inflacionado que esteja o termo, a isso chamo sociedade civil.»<sup>67</sup>

Nestas condições, Khodorkovsky conseguiu a liberdade na prisão enquanto Putin ficou preso ao processo embora formalmente em liberdade. O processo Khodorkovsky reforça o argumento revisionista relativo à autonomia da sociedade nos mais terríveis regimes autoritários.

Numa carta anterior, teceu comentários acerca da «crise do liberalismo na Rússia». Numa crítica mordaz aos falhanços do liberalismo organizado russo no rescaldo das eleições presidenciais de 2004, e na senda das eleições legislativas de Dezembro de 2003 em que os partidos liberais se ficaram pelos cinco por cento, destacou ser necessário um programa de trabalho construtivo com o regime em vez de entrar em condenações fúteis do mesmo:

«É provável que Putin não seja nem liberal nem democrata, mas não deixa de ser mais liberal e democrata do que 70 por cento da população do nosso país. [...] Chegou a hora da compensação. Durante as eleições de 2003, o povo despediu-se firmemente e sem lágrimas dos oficiais liberais... Aprenda-se a pedir justiça à Rússia, não ao Ocidente... Ponham-se de parte as insensatas tentativas de legitimar um presidente duvidoso. [...] Só podemos mudar a nação, envolvendo-nos a nós próprios.»<sup>68</sup>

Não condenou a adequação do liberalismo enquanto tal à Rússia, ao invés referiu: «aqueles que, pelo destino ou pela história, foram incumbidos de defender os valores liberais

no nosso país não deram conta da tarefa.» Incluindo-se no rol, porque contou-se entre os que puseram à frente dos interesses do povo os seus interesses pessoais, teceu uma crítica generalizada às políticas da década de 1990, nomeadamente à penetração dos negócios no Estado, ao controlo financeiro e administrativo das elites liberais sobre os meios de comunicação social, à sua manipulação do processo eleitoral, e condenou os «90 por cento» da população incapazes de viver sem uma forma ou outra de paternalismo estatal<sup>69</sup>. É interessante verificar que essa crítica aos liberais russos surge na altura em que os valores liberais ganham paulatinamente uma posição mais hegemónica no seio da sociedade. Quanto mais não seja, essa é a conclusão retirada por Aleksei Makarkin. Este refere que, gradualmente, o público russo está cada vez mais liberal, quando se aferem os critérios da aceitação da riqueza e da desigualdade, da necessidade de manter boas relações com o Ocidente, e da regressão do apoio à pena de morte<sup>70</sup>.

## CONCLUSÃO

É bem possível que se crie uma nação política tal como argumenta Carl Schmitt, desde que se definam amigos e adversários e se aja em consonância. No entender de Schmitt, um dos elementos-chave é a aceitação da legitimidade e legalidade do processo político. Na Rússia pós-comunista, o fosso clássico do período soviético entre o *pays légal*, as instituições formais da comunidade organizada, e o *pays réel*, a vida real da sociedade, voltou uma vez mais a ser reproduzido. Contudo, considerando que uma transformação fundamental do país legal é indispensável para superar esse fosso inerente ao sistema soviético, hoje, na Rússia, a proposta visando uma relegitimação evolutiva do sistema, uma democratização da actual democracia russa, é tida como viável. Isso requer não apenas a subordinação do regime aos condicionalismos da ordem constitucional, mas também a revitalização do cidadão enquanto sujeito político de uma república inclusiva. Um acontecimento político, do género de uma Revolução Laranja, quebra o isolamento e favorece a identificação do cidadão com a comunidade política organizada, mas, ao mesmo tempo, exalta a dimensão anormal, extraordinária e «revolucionária» e, conseqüentemente, pode inibir a tolerância e a inclusão. O intensificar da identificação de uns é acompanhado pela crescente alienação de outros. Se até certo ponto a sociedade civil pode ser criada de cima ou através de uma ocorrência política extraordinária, por definição, a sociedade de cidadãos é um acto de autodesenvolvimento. Tanto que a sociedade só consegue essa transmutação quando esse processo amadureceu, passando da qualidade de objecto administrado pela política a sujeito do seu próprio desígnio político. **RI**

SETEMBRO DE 2006

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

**1** ARISTOTLE – *The Politics*. Tradução de T. A. Sinclair. Londres: Penguin Books, 1962, livro 3, cap. 18, p. 147.

**2** PARRY, Geraint, e MORAN, Michael – «Democracy and democratization», in PARRY, Geraint, e MORAN, Michael (eds.) – *Democracy and Democratization*. Londres: Routledge, 1994, pp. 152-173, na p. 272.

**3** HEATER, Derek – *A Brief History of Citizenship*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2004.

**4** Para uma análise recente quanto à evolução do relacionamento com base na experiência da Europa Ocidental, cf. BELLAMY, Richard, CASTIGLIONE, Dario, e SANTORO, Emilio – *Lineages of European Citizenship: Rights, Belonging and Participation in Eleven Nation-States*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, em particular a «Introdução» da autoria de Richard Bellamy.

**5** POLANYI, Karl – *Origins of Our Time: The Great Transformation*. Londres: Gollancz, 1945. Relativamente à aplicação da ideia de Europa Oriental, veja-se RAMET, Sabrina P. – *Social Currents in Eastern Europe: The Sources and Meaning of the Great Transformation*. Durham, NC: Duke University Press, 1991; BRYANT, Christopher, e MOKRZYCKI, Edmund (eds.) – *The New Great Transformation?* Londres: Routledge, 1994.

**6** Para ficar com uma visão geral, cf. BAHRY, Donna – «Comrades into citizens? Russian political culture and public support for the transition». In *Slavic Review*, vol. 58, n.º 4, Inverno de 1999, pp. 841-853. Cf. ainda WHITEFIELD, Stephen (ed.) – *Political Culture and Post-Communism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

**7** É deliberada a alusão feita a Eugen Weber e respectiva obra: *Peasants into Frenchmen*. Isaac descreve o trabalho nos seguintes termos: «Weber details the complex and contingent processes whereby civic identity in a nation-state is constituted through human artifice.» (ISAAC, Jeffrey C. – *Democracy in Dark Times*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1998, p. 194).

**8** Nos termos de um relatório recente da OCDE: «The Russian state is often, and accurately, described as a “weak” state, but its capacity for coercion is great – greater, indeed, than its capacity for providing effective regulation or delivering public services. The strongest political institutions in Russia are those best equipped for coercive action, while the weakest are those that are supposed to regulate the state’s exercise of its coercive power. The state, therefore, cannot easily make a credible commitment to rule-governed behaviour» («Russia: building rules for the market»). In *OCDE Reviews of Regulatory Reform*, Paris, Junho de 2005, pp. 51-52).

**9** No relatório da OCDE denota-se uma análise áspere do problema: «Establishing the rule of law will require more than just the reform of the judicial system. It will need

a strong state, capable of protecting individual rights, of interpreting the law impartially and of enforcing it effectively. But a state strong enough to perform these functions might succumb to the temptation to act arbitrarily itself. So the establishment of the rule of law will require not only a strong state but also strong institutions capable of constraining it. Russia lacks such institutions.» («Russia: building rules for the market», p. 51).

**10** OLSON, Mancur – «Why the transition from communism is so difficult». In *Eastern Economic Journal*, vol. 21, n.º 4, 1995, pp. 437-461, na p. 458.

**11** MILL, John Stuart – *On Liberty and Other Essays*. Edição e introdução de John Gray. Oxford: Oxford University Press, 1991.

**12** Veja-se SZACKI, Jerzy – *Liberalism after Communism*. Budapeste: Central European University Press, 1995.

**13** PIPES, Richard – *Russia Under the Old Regime*. Harmondsworth: Penguin, 1974; assim como PIPES, Richard – *The Russian Revolution*. Nova York: Random House, 1991.

**14** Com a aquisição da Sibneft pela Gazprom, em Setembro de 2005, o Estado passou a deter uma quota hegemónica no sector energético: 57,4 por cento.

**15** SOLNICK, Steven L. – *Stealing the Soviet State: Control and Collapse in Soviet Institutions*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998).

**16** ZON, Hans Van – «Neo-Patrimonialism as an impediment to economic development: the case of Ukraine». In *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, vol. 17, n.º 3, Setembro de 2001, pp. 71-95.

**17** LEMBRUSCH, Barbara – «Fragmented clientelism: the transformation of sectoral economic governance in the Russian timber industry», in TIKHOMIROV, Vladimir (ed.) – *Anatomy of the 1998 Russian Crisis*. University of Melbourne: Contemporary Europe Research Centre, 1999, pp. 238-258, na p. 239.

**18** REDDAWAY, Peter, e GLINSKI, Dmitri – *The Tragedy of Russia’s Reforms: Market Bolshevism against Democracy*. Washington, DC: The United States Institute of Peace Press, 2001.

**19** IONESCU, Ghia – *Centripetal Politics: Government and the New Centres of Power*. Londres: Hart-Davies, MacGibbon, 1975.

**20** Quanto à falta de democracia dos «democratas» russos, veja-se LUKIN, Alexander – *The Political Culture of the Russian «Democrats»*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

**21** MOURITSEN, Per – «What’s the civil in civil society? Robert Putnam, Italy and the Republican Tradition». In *Political Studies*, vol. 51, 2003, pp. 650-668, na p. 652.

**22** Vários estudos revelam o baixo nível da confiança popular em relação às instituições cívicas, à exceção da Igreja e de Putin. Os partidos políticos, o parlamento, as milícias, os líderes regionais russos e afins geralmente ficam-se pelas baixas cifras de um dígito. No âmbito de um estudo recente, um resultado interessante relativo a esta questão prende-se com o nivelamento da opinião das diversas faixas etárias, inclusive quanto aos valores morais das gerações mais jovem e mais velha. O estudo revelou que todas as gerações requerem um líder mais forte para governar a sociedade. Eugene Krikin da empresa de sondagens Romir, citado no *Pravda.ru*, 6 de Janeiro de 2004.

**23** MOURITSEN – «What’s the civil in civil society?», p. 658.

**24** Nos Balcãs, essa tensão foi particularmente aguda. Veja-se HAYDEN, Robert M. – «Democracy without a demos? The Bosnian constitutional experiment and the intentional construction of non-functioning states». In *East European Politics and Societies*, vol. 19, n.º 2, 2005, pp. 226-259.

**25** Entrevista televisiva com Alexander Soljenitsine, TV russa, 5 de Junho de 2005, [www.fednews.ru](http://www.fednews.ru), in JRL, 9174/1.

**26** «On December 11, 2003, Alexander Solzhenitsyn Turned 85». In *Moscow News*, s. d.

**27** LEVADA, Yurii – «Chelovek Sovetskii» 1989-2003gg.: Razmyshleniya o «bol’shinstve» i men’shinstve, Vestnik obshchestvennogo mneniya, n.º 5 (73), Setembro-Outubro de 2004, pp. 9-18 e 16-17.

**28** LEVADA, Yu. A. – «Homo Post-Soveticus». In *Obshchestvennye nauki i sovremennost*, n.º 6, 2000, pp. 5-24.

**29** BALZER, Harley – «Ordinary Russians? Rethinking August 1991». In *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, vol. 13, n.º 2, Primavera de 2005, pp. 193-218.

**30** Citado por BALZER, Harley – «Ordinary Russians? Rethinking August 1991», p. 194.

**31** MARQUAND, David – *Decline of the Public: The Hollowing out of Citizenship*. Cambridge: Polity, 2004.

**32** Jung designou por individualização a vontade de uma pessoa moderna se tornar alguém, assumindo claramente que cada ser possui um Eu latente.

**33** No contexto da União Europeia, foi examinado por WEILER, J. H. H., e MEYER, F. C. – «European Democracy and its critique». In *West European Politics*, vol. 18, n.º 3, 1995, pp. 4-39.

**34** SCHNAPPER, Dominique – *Community of Citizens: On the Modern Idea of Nationality*. New Brunswick: Transaction publishers, 1998.

**35** LINKLATER, Andrew – *The Transformation of Political Community*. Cambridge: Polity Press, 1998.

- 36 TILLY, Charles – «The emergence of citizenship in France and elsewhere», in TILLY, Charles (ed.), – *Citizenship, Identity e Social History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 236.
- 37 Em estudo recente, veja-se DUNCAN, Peter – «Contemporary Russian identity between East and West». In *The Historical Journal*, vol. 48, n.º 1, 2005, pp. 277-294.
- 38 KRASIL'NIKOVA, Marina – «Sotsial'naya dinamika v perekhodnykh obshchestvakh». In *Vestnik obshchestvennogo mneniya*, n.º 5 (73), Setembro-Outubro de 2004, pp. 37-47, na p. 45.
- 39 *Ibidem*, p. 46.
- 40 *Ibidem*.
- 41 A pesquisa prossegue desde 1993, dois grandes inquéritos foram realizados em 1998 e 2004. O relatório intitula-se *Cidadãos da Nova Rússia: Como Vêm a sua Identidade e em que Tipo de Sociedade Pretendem Viver* [Moscou: Instituto para a Investigação Social Complexa, da Academia de Ciências Russa, 2004], divulgado em *Profil*, n.º 42, 15 de Novembro de 2004; in JRL, 8465/7.
- 42 Citizens of the New Russia.
- 43 O conceito de eficácia foi desenvolvido por CAMPBELL, Angus, GURIN, Gerald, e MILLER, Warren E. – *The Voter Decides* (Nova York: Harper & Row, 1954). Tatyana Karaman distingue entre eficácia interna, ou seja, a capacidade de um indivíduo entender a vida política, e a eficácia externa, a percepção que um indivíduo tem da sua capacidade de influenciar o governo («Political efficacy and its antecedents in contemporary Russia». In *The Journal of Communist Studies and Transition Politics*, vol. 20, n.º 2, 2004, pp. 30-49).
- 44 HAHN, Jeffrey W. – «“Yaroslavl” Revisited: assessing continuity and change in Russian political culture since 1990», in WHITEFIELD, Stephen (ed.) – *Political Culture and Post-Communism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- 45 Mosnews.com, 21 de Outubro de 2004.
- 46 BYZOV, Leontii – «Who Will Shape the “New Order”». In *Rossiiskie vesti*, n.º 6, 17 de Fevereiro de 2005; in JRL, 9062/19.
- 47 KUZMIN, Vladimir – «Out of the Trenches and Into the Foundations». In *Rossiiskaya gazeta*, 4 de Maio de 2005.
- 48 *Rossiiskaya gazeta*, 4 de Maio de 2005.
- 49 LEVADA, Yurii – «Svoboda ot vybora: Postelektoral'nye razmyshleniya». In *Vestnik obshchestvennogo mneniya*, n.º (70), Março-Abril de 2004.
- 50 Cf. KIRCHHEIMER, Otto – «Germany: The Vanishing Opposition», in DAHL, Robert A. (ed.) – *Political Opposition in Western Democracies*. New Haven: Yale University Press, 1966.
- 51 LEVADA, Yurii – «Chelovek Sovetskii», p. 16.
- 52 Para uma análise pormenorizada, veja-se *Oranzhevaya revolyutsiya: ukrainskaya versiya*, compilado por M.B. Pogrebinskii (Moscou: «Evropa», 2005).
- 53 Manifest Ob «edinennogo Grazhdanskogo Fronta», 3 de Junho de 2005. Dentre os 16 signatários constavam: Alexander Gol'ts (jornalista), Garri Kasparov (co-presidente do Congresso Cívico), Sergei Parkhomenko (jornalista), e Oleg Shein, deputado independente na Duma.
- 54 REKOSH, Edwin – «Remedies to Administrative Abuses; Setting the Stage for Action». In *Local Government Brief*. Budapest: Verão de 2003, pp. 2-7, na p. 2.
- 55 PASTUKHOV, Vladimir – «Law Under Administrative Pressure in Post-Soviet Russia». In *East European Constitutional Review*, vol. 11, n.º 3, Verão de 2002, pp. 66-74, na p. 68.
- 56 ARON, Leon – «A champion for the bourgeoisie: reinventing virtue and citizenship in Boris Akunin's novels». In *The National Interest*, Primavera de 2004, versão Internet.
- 57 *Ibidem*.
- 58 Cf. LEDENEVA, Alena V. – *Russia's Economy of Favours: Blat, Networking and Informal Exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- 59 VOLKOV, Vadim – *Violent Entrepreneurs: The Use of Force in the Making of Russian Capitalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2002.
- 60 Sobre o debate acerca da esfera pública, cf. CALHOUN, Craig (ed.) – *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- 61 ZOLO, Danilo – «Democratic citizenship in a post-communist era», in HELD, David (ed.) – *Prospects for Democracy*. Cambridge: Polity, 1993, pp. 254-68, na p. 259.
- 62 Perante os desafios da globalização e a sua percepção respectiva, fazem com que muitos projectos de «modernização» isolem ainda mais regimes políticos contemporâneos da sua base política organizada.
- 63 SAKWA, Richard – «The regime system in Russia». In *Contemporary Politics*, vol. 3, n.º 1, 1997, pp. 7-25; *Russian Politics and Society*. 3.ª edição. Londres e Nova York: Routledge, 2002, pp. 454-458; *Putin: Russia's Choice*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, pp. 86-88.
- 64 KOSTIKOV, Vyacheslav – «Serdtshe ustalo ot lzhi». In *Argumenty i fakty*, n.º 26, 2005, p. 4.
- 65 Relatório por FAK, Alex – «Lack of Trust Carries Heavy Toll». In *The Moscow Times*, 5 de Julho de 2005, p. 1.
- 66 Para ter uma perspectiva, consultar BABICH, Dmitry – «The Return of Patriotism?». In *Russia Profile*, vol. 2, n.º 6, Julho de 2005, pp. 34-35.
- 67 Bol'shoi Gorod, n.º 09 (135), 25 de Maio de 2005, <http://bg.ru/article?id=4787>; JRL, 9161/20.
- 68 KHODORKOVSKII, Mikhail – «Krizis liberalizma v Rossii». In *Vedemosti*, 29 de Março de 2004.
- 69 *Ibidem*.
- 70 Resultados apresentados por COALSON, Robert – «Russia's Evolving Liberalism». In *RFE/RL, Russian Political Weekly*, vol. 4, n.º 12, 2 de Abril de 2004.